

# FLORESTAN FERNANDES E O ENSINO DA SOCIOLOGIA NA ESCOLA MÉDIA BRASILEIRA

Diogo Valença de Azevedo Costa<sup>55</sup> (UFRB)

## Resumo:

Por ocasião do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, Florestan Fernandes escreve um texto intitulado “O ensino de sociologia na escola secundária brasileira”. No contexto histórico do debate político sobre o desenvolvimento nacional da década de 1950, Fernandes aludia à importância do ensino da sociologia na escola secundária brasileira como um dos meios de formação do indivíduo cidadão, capaz de compreender e atuar criticamente diante dos dilemas da moderna sociedade urbano-industrial. Essa visão se coadunava com sua concepção de uma reflexão sociológica atrelada à construção de canais democráticos de participação nos rumos do desenvolvimento social. A proposta deste artigo será recuperar as contribuições de Florestan Fernandes ao debate atual sobre o ensino da sociologia na Escola Média brasileira, enfatizando suas idéias sobre o exercício da reflexão crítica pelo homem comum.

---

<sup>55</sup> Doutor em Sociologia (UFPE), Professor de Sociologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

## INTRODUÇÃO

Por ocasião do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, Florestan Fernandes escreve um texto intitulado “O ensino de sociologia na escola secundária brasileira”. No contexto histórico do debate político sobre o desenvolvimento nacional da década de 1950, Fernandes aludia à importância do ensino da sociologia na escola secundária brasileira como um dos meios de formação do indivíduo cidadão, capaz de compreender e atuar criticamente diante dos dilemas da moderna sociedade urbano-industrial. Essa visão se coadunava com sua concepção de uma reflexão sociológica atrelada à construção de canais democráticos de participação nos rumos do desenvolvimento social. A proposta deste artigo será recuperar as contribuições de Florestan Fernandes ao debate atual sobre o ensino da sociologia na Escola Média brasileira, enfatizando suas idéias sobre o exercício da reflexão crítica pelo homem comum.

Os debates sobre o desenvolvimento nacional na década de 1950 estiveram presentes na elaboração das idéias sociológicas de Florestan Fernandes. Tratava-se, principalmente, de ampliar a participação democrática de diferentes camadas da sociedade brasileira e de universalizar a cidadania e os direitos sociais. Contudo, não se pode dizer que Fernandes tenha aderido a uma das variações da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, hegemônica na época entre as forças políticas mais progressistas e elevada ao grau máximo de expressão nos quadros intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Era totalmente estranha, para Fernandes, uma ênfase acentuada no caráter autônomo e antiimperialista da burguesia brasileira, que seria, sob esse prisma, o agente principal de uma revolução democrática e nacionalista – tese essa esposada pelo Partido Comunista de então. Na verdade, sua visão dos anos 50 se voltava mais para a perspectiva de um “equilíbrio instável” entre as classes sociais, cujas brechas, aproveitadas politicamente, poderiam conduzir a uma ampliação da participação democrática, à universalização dos direitos sociais e da cidadania. Tudo dependeria da correlação de forças entre as distintas classes e camadas da sociedade brasileira.

O conjunto da reflexão sociológica de Florestan Fernandes sobre a educação como processo social se situa nesse quadro mais geral de discussão sobre as possibilidades e os obstáculos ao desenvolvimento no Brasil. Suas indagações se

dirigiam à educação como um fator de mudança social construtiva, isto é, tendente a realizar determinadas potencialidades inerentes aos requisitos mínimos do tipo de civilização urbano-industrial instaurada no Brasil. Os entraves ao desenvolvimento seriam mais facilmente superados se a educação pudesse se orientar para a formação de cidadãos capazes de aderir crítica e conscientemente aos desafios do planejamento dentro da nova ordem social, baseada no uso da ciência e da tecnologia para escolher as alternativas futuras. Sem tais referências históricas, a visão sociológica de Florestan Fernandes sobre a educação pode ser extrapolada em relação a seus objetivos mais específicos e, por isso, descartada apressadamente por supostas limitações aos horizontes da ordem social competitiva e liberal-democrática. Nesse sentido, seu ideário educacional não seria muito diferente daquele dos idealizadores da Escola Nova, em especial Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, no que tange ao entendimento sobre a democratização do ensino e às funções da escola pública. Ora, ao atuar junto a esses educadores, Florestan Fernandes iria apoiar as opções políticas mais progressistas para o contexto histórico do momento, embora suas aspirações socialistas o levassem a defender posturas radicais de construção de uma ordem societária organizada em termos muito mais igualitários e democráticos quanto à universalização da cidadania e dos direitos sociais.

Esse esforço de contextualizar historicamente as idéias de Florestan Fernandes sobre o ensino da sociologia na Escola Média brasileira é fundamental. Primeiro, porque os termos atuais do debate, embora possam incorporar elementos das perspectivas propostas na década de 1950, são outros e dizem respeito à emergência de novos problemas em decorrência da transformação da sociedade brasileira. Não se trata apenas de utilizar a sociologia como um dos meios de desenvolvimento social ou de formar o cidadão, como apontam as idéias de Fernandes, mas de introduzir debates no ensino médio relativos à discriminação racial, aos movimentos sociais e a inúmeras outras questões candentes da contemporaneidade. Segundo, porque a questão do desenvolvimento social se coloca de modo inteiramente diferente daquela que foi aventada no período da hegemonia ideológica do nacionaldesenvolvimentismo.

A própria visão sobre o desenvolvimento de Florestan Fernandes sofreu substanciais mudanças de orientação no decorrer da luta contra o regime *civil*-militar instaurado a partir de 1964, desmobilizado e prolongado até fins da década de 1980. No entanto, a orientação geral apontada pelo sociólogo paulistano, a de fomentar o espírito

crítico e a reflexão autônoma dos indivíduos com base num conhecimento mais aprofundado dos determinantes e dinamismos da sociedade, pode constituir um dos principais objetivos na delimitação das diretrizes do ensino da sociologia na Escola Média. Trata-se de uma alternativa ao empobrecimento dos horizontes pedagógicos adotados atualmente nas diversas modalidades de mercantilização do ensino, que não formam o cidadão crítico e capaz de assumir posições independentes e autônomas em face das influências dos preconceitos de suas categorias sociais de origem, sejam eles de classe, de raça, religiosos etc., e das propagandas dos meios de comunicação de massa. Essa perspectiva, aliás, se vincula à militância histórica de nosso autor em defesa da escola pública de qualidade e aos objetivos de uma educação popular.

Os trabalhos de Florestan Fernandes sobre a educação são múltiplos e abordam variados aspectos, desde a educação na sociedade *tupinambá* até os problemas dos distintos níveis de ensino na moderna sociedade de classes no Brasil. Como já indicado, seus escritos sobre educação apresentam ao mesmo tempo um caráter de militância política e de participação nos debates nacionais, pois muitos deles foram elaborados no calor de sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública (1959-1961) ou no da sua atuação como deputado federal constituinte (1987-1990). É importante ressaltar, contudo, que o enfoque sociológico, de relacionar o fenômeno educacional com o meio social inclusivo ou com os diversos determinantes de classe, políticos e culturais, se manteve ao longo de toda trajetória intelectual de Fernandes, não fazendo sentido distinguir, por isso, entre sua visão sociológica e seus objetivos militantes de uma educação popular.

Outro aspecto decisivo do pensamento educacional de Florestan Fernandes é a percepção do caráter elitista do ensino em seus diferentes níveis, do primário e secundário ao superior (ensinos fundamental, médio e superior, de acordo com a nomenclatura atual). Essa crítica ao elitismo em nossa realidade educacional está presente nos textos reunidos em *Educação e sociedade no Brasil* (1966), *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* (1975), *A questão da USP* (1984) e *O desafio educacional* (1989), influenciando ao mesmo tempo a concepção de Fernandes relativa ao desenvolvimento social e ao papel fundamental do ensino da sociologia na ampliação da participação democrática. A primeira parte de *Educação e sociedade no Brasil*, bem como o texto de Florestan Fernandes sobre o ensino da sociologia na escola secundária brasileira, servirá como o marco de referência empírico principal desta tentativa de

aproximar sua interpretação sobre o processo histórico de desenvolvimento da moderna sociedade de classes, urbana e industrial, no Brasil e sua correlata afirmação da necessidade do planejamento desse processo de modernização, tarefa essa em que o ensino da sociologia deteria um papel decisivo. A visão do ensino de sociologia, para Fernandes, não pode ser desvinculada de sua perspectiva favorável ao planejamento e da idéia da sociologia como uma forma de autoconsciência social, a partir da qual as diversas camadas sociais preocupadas com o desenvolvimento poderiam orientar suas ações e seus objetivos.

A proposta do presente trabalho será, portanto, discutir as relações entre desenvolvimento social e ensino da sociologia na visão teórica e política de Florestan Fernandes nos anos 50, embora esse marco temporal de referência seja ultrapassado em alguns momentos da análise a fim de melhor compreender os dilemas atuais da sociedade brasileira. O enfoque principal recairá sobre o ensino de sociologia na escola média, apesar do panorama empírico traçado por Fernandes, em suas investigações sobre o processo educacional brasileiro, envolver a interação entre os níveis primário, secundário e universitário (fundamental, médio e superior). Nesse sentido, algumas das reflexões do nosso autor sobre a universidade no Brasil, igualmente vinculadas à questão do desenvolvimento, serão aproveitadas para aprofundar o exame da função que o ensino de sociologia deveria preencher na orientação da mudança social.

No que diz respeito aos passos do presente esforço de análise, num primeiro momento serão verificadas as relações entre desenvolvimento social, modernização e educação na perspectiva de Florestan Fernandes, enfatizando as relações entre os três níveis de ensino como partes integrantes do “meio social inclusivo”; em segundo lugar, o ensino da sociologia na escola secundária brasileira será encarado como um dos meios principais de formação de personalidades democráticas, com consciência crítica de suas situações de existência, aptas a participarem ativamente nas decisões sobre os rumos do desenvolvimento, isto é, na escolha de seus objetivos e dos caminhos adequados para alcançá-los; por fim, serão feitas aproximações entre o ensino da sociologia na escola média brasileira, como uma ferramenta de autoconsciência científica da realidade social, e a necessidade do planejamento racional e democrático numa sociedade em ritmo acelerado de urbanização e industrialização.

Esses elementos da perspectiva sociológica de Florestan Fernandes sobre o ensino da sociologia no nível médio, embora vinculados a um momento histórico

específico da sociedade brasileira e, por isso mesmo, bastante datados em alguns de seus aspectos, podem servir, no entanto, como fonte de inspiração para se pensar os conteúdos e métodos adequados ao ensino da referida matéria nos currículos escolares atuais. Além disso, Florestan Fernandes foi um sociólogo vinculado diretamente à história da educação no Brasil e procurou enfrentar na atividade prática concreta, não apenas teórica, nossos dilemas educacionais.

As idéias por ele desenvolvidas nesse âmbito são, sem dúvida, um guia seguro para orientar em perspectiva histórica os debates contemporâneos sobre a sociologia no ensino médio. A tentativa aqui avançada de resgatar as contribuições teóricas e as sugestões políticas de Florestan Fernandes se identifica com as aspirações progressistas de contribuir para a formação de indivíduos críticos, capazes de contestar as ideologias dos donos do poder e das elites das classes dominantes embutida nas propagandas e meios de comunicação de massa, nas instituições educacionais, na imprensa e nos demais centros irradiadores da produção intelectual. O ensino da sociologia na escola média brasileira, quando baseado numa postura reflexiva, isto é, não voltado apenas para aprovação nos exames de ingresso na Universidade, poderá atuar como um dos meios de construção da consciência social democrática, plural e igualitária.

#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM FLORESTAN FERNANDES

A síntese mais completa da visão sociológica de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento social se encontra no ensaio “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”. Esse trabalho foi redigido em 1959 para servir de comunicação ao *Seminário sobre resistências à mudança: fatores que dificultam ou impedem o desenvolvimento*, realizado, sob os auspícios da UNESCO, pelo Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais<sup>56</sup>. O ponto de partida da discussão de

---

<sup>56</sup> O referido texto pode ser encontrado, como apêndice a partir da segunda edição, em Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*, 4. ed., São Paulo: Global, 2008, p. 288-324. No presente artigo, foi consultada a edição da DIFEL, cf. Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*, 3. ed., Rio de Janeiro, DIFEL, 1979. Sobre o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, cf. Lúcia Lippi Oliveira, “Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina”, *Sociologias*, Porto Alegre, 7(14), jul-dez, 2005, p. 110-129.

Florestan Fernandes é a distinção conceitual entre *desenvolvimento social*, *mudança social* e *evolução social*. A noção de desenvolvimento compreende os “fenômenos de mudança que ocorrem através da diferenciação estrutural e da reintegração funcional de sistemas sociais globais concretos, considerados em condições particulares de tempo e de espaço” (Fernandes, 1979[1959]: 316-7).

Seu enfoque, contudo, não é neutro, pois o *desenvolvimento* se caracteriza pela idéia de mudanças progressivas ou construtivas em relação à realização das potencialidades inscritas num dado sistema social. “Este [o desenvolvimento social] se manifesta sempre que determinado sistema social sofra modificações relevantes para a realização do tipo social que lhe seja inerente ou para o qual tenda de forma irreversível” (*Ibidem*: 317). Cada tipo social apresenta um padrão específico de diferenciação estrutural, reintegração, organização e funcionamento dinâmico. O desenvolvimento social apenas ocorre quando esse padrão se realiza sem entraves e plenamente, em certas condições de tempo e espaço. Nesse sentido, o nível de apreensão da realidade social contido no conceito de desenvolvimento é o histórico, dado que “os processos de mudança social progressiva” são apanhados “como eles transcorrem em dado sistema social em certo período de tempo” (*Ibidem*: 317). A *mudança social*, por outro lado, é um conceito mais amplo, pois se refere “a quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço” (*Ibidem*: 317). Ela pode ser *progressiva* ou *regressiva*. Por fim, a noção de *evolução social*, assim como a de desenvolvimento, também representa uma mudança progressiva. No dizer de Fernandes, o conceito de evolução se refere “aos processos de *mudança progressiva*, que sejam relevantes para a perpetuação ou a transformação dos tipos sociais propriamente ditos, para os quais tenda, de modo variável mas constante, em virtude de seus requisitos estruturais e funcionais, determinado conjunto de sistemas sociais globais” (*Ibidem*: 317). Se o conceito de desenvolvimento abrange as transformações históricas e estruturais de um tipo social específico em determinado período de tempo, o de evolução, situado no nível *supra-histórico*, se volta para a análise dos “fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais” (*Ibidem*: 317). A análise sociológica do subdesenvolvimento se situava no plano de conceituação do *desenvolvimento social* e não no da *evolução social*, não implicando o uso de expressões como *estruturas arcaicas e modernas* necessariamente a existência de uma descontinuidade, à maneira evolucionista, entre

dois tipos sociais distintos que se sucedem no tempo. Na verdade, os estudos sociológicos de Florestan Fernandes sobre as atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento nos países periféricos – tais como elaborados até fins da década de 1950 – se voltavam para a descrição, explicação e interpretação a mais concreta possível dos nexos estruturais, funcionais e dinâmicos do tipo particular de capitalismo surgido sob as condições do subdesenvolvimento e de heteronomia (ou dependência) econômica e cultural. Não cabe afirmar que ele traçasse uma linha de demarcação entre dois Brasis, o arcaico e o moderno.

A investigação sobre as tendências do desenvolvimento social se ligava ao exame das sociedades capitalistas modernas, desenvolvidas ou subdesenvolvidas, e estava situada, para Florestan Fernandes, numa das grandes subdivisões da sociologia que ele designara, aproveitando as sugestões teóricas e metodológicas de Marx, como *sociologia diferencial* (ou *histórica*). Nesse tipo de abordagem sociológica, a estrutura social é apreendida em seu processo histórico de transformação, evidenciando-se o papel das forças sociais de conservação ou de alteração de uma dada ordem social e o modo como elas tomam consciência de suas condições de existência. A análise não se vale de um elevado nível de abstração ou generalização conceitual, como no caso da *sociologia sistemática*, prisma sob o qual podem ser focalizados determinados fenômenos de mudança social, nem da classificação e comparação de tipos sociais diversos segundo uma linha provável de seqüência temporal, como no campo da *sociologia comparada* nos estudos de evolução social<sup>57</sup>.

O que interessava para Fernandes, em suas investigações sobre o desenvolvimento, era o modo de combinação particular e historicamente específico das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do sistema social das sociedades capitalistas modernas. Nos países subdesenvolvidos, esse modo de combinação particular envolvia a convivência conflituosa entre padrões arcaicos e modernos de organização social, fator impeditivo da livre realização dos requisitos mínimos de funcionamento de uma sociedade capitalista autônoma. Nesse sentido, a comparação com os países capitalistas desenvolvidos entrava em linha de conta, mais como um dos critérios para elucidar as peculiaridades da estrutura social do subdesenvolvimento, do

---

<sup>57</sup> Para um rápido conhecimento da conceituação e divisões da sociologia propostas pelo nosso autor, cf.

Florestan Fernandes, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 3. ed., São Paulo, Pioneira, 1976, p. 20-30.



que como uma maneira de evidenciar como o Brasil ou outras nações latino-americanas iriam alcançar o patamar de desenvolvimento do presente ou do passado – recente ou remoto – dos centros adiantados da civilização ocidental.

A análise estrutural-funcionalista de Fernandes apanhava conjuntamente os fenômenos de estrutura, função e mudança social, identificando os elementos potenciais de conflito e tensão entre as forças de conservação e as de alteração da ordem social. Ao mesmo tempo, ele trabalhava com a noção de requisitos mínimos ou básicos de organização e funcionamento para a plena consolidação de determinada estrutura social. Se a sociedade brasileira caminha para a realização da ordem social baseada na ciência e na tecnologia científica, ou construção da nova civilização de caráter urbano-industrial e democrático, ela deveria preencher certas exigências básicas sem as quais esse tipo social emergente não seria possível. No seu ensaio sobre as atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento, ele esclarece quais seriam tais exigências:

“A expansão orgânica da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica requer, essencialmente, a universalização e o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana, a democratização da educação e do poder, a divulgação e a consagração de modelos racionais de pensamento e de ação, a valorização e a propagação do planejamento em matérias de interesse público etc.” (*Ibidem*: 322-30).

A universalização e democratização da educação seriam, portanto, um desses requisitos. No entanto, não bastaria apenas ampliar o acesso à formação escolarizada, mas também seria preciso mudar a qualidade da própria educação para atender às necessidades da civilização urbano-industrial e científica. Os objetivos educacionais deveriam, agora, ser direcionados para a edificação de personalidades democráticas e de cidadãos capazes de tomar posições críticas diante das opções políticas existentes na moderna sociedade de classes.

De igual modo, o valor da educação também residiria na possibilidade de dar suporte às propostas práticas de planejamento econômico e social democrático<sup>58</sup>. Os

---

<sup>58</sup> As concepções de Florestan Fernandes sobre a educação estavam, na década de 1950, bastante influenciadas pela idéia *mannheimiana* de um “planejamento experimental e democrático”. Na terceira parte deste artigo, essa questão será retomada em linhas gerais no exame de seu ensaio “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada” (Fernandes, 1976[1958]).

indivíduos, ao serem capazes de discernir criticamente os interesses políticos subjacentes às diferentes concepções de planificação sócio-econômica, não se submeteriam tão facilmente às manipulações dos donos do poder e poderiam, em contraposição, formular e participar ativamente de projetos progressistas de reconstrução social. A educação, nesse sentido, poderia atuar como um dos fatores dinâmicos, dentre outros, do desenvolvimento social. “[...] os anseios de crescimento econômico e de desenvolvimento social não passam de miragens, enquanto não se amparam também em planos de reconstrução educacional” (Fernandes, 2010[1960]: 244). Entretanto, para funcionar como um fator de desenvolvimento ou progresso social, a educação precisaria adaptar sua forma e conteúdos aos requisitos da moderna sociedade de classes e da ordem social democrática em expansão. Apenas por si mesma, a educação não se erige em fator de aperfeiçoamento humano e da civilização. Isso depende dos valores a que ela serve (Fernandes, 1966: XXI). Por isso, mesmo atuando como fator e efeito do desenvolvimento, a utilização da educação como forma de expandir a ordem democrática poderá ser apropriada e deturpada pelas camadas dominantes com o objetivo de resguardar suas posições privilegiadas nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade de classes ou, por outro lado, pode servir como meio de luta das camadas subordinadas para ampliar o alcance dos direitos sociais, da democratização do poder e da cultura numa ordem mais igualitária.

Tal como os demais frutos do desenvolvimento social, a educação estaria inserida nas condições de *equilíbrio instável* e disputas políticas da sociedade de classes (Fernandes, 1979: 333), dado pelos choques e conflitos entre as camadas sociais dominantes e subordinadas. Para Fernandes, as concepções educacionais em oposição no cenário histórico brasileiro dos anos 50 refletiam o embate entre, de um lado, as posições conservadoras e tradicionalistas, herdadas do *antigo regime* senhorial e escravocrata, segundo as quais o objetivo da educação é formar as elites pensantes capazes de dirigir e organizar a nação (a exemplo da figura ilustre e tradicional do bacharel de direito) e, de outro, as posições modernas e inovadoras, voltadas para a “intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática” e, ao mesmo tempo, para preencher certas finalidades práticas inerentes à democracia, associadas com o “desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc.” (Fernandes, 1979[1954]: 113).

Politicamente, nosso autor se situava no campo das tendências inovadoras e democráticas, de modo que suas posturas teóricas e metodológicas na análise do desenvolvimento social indicavam essa polarização ideológica.

Num momento em que o desenvolvimento social se tornara um objetivo valorizado pelas diversas camadas sociais, cada uma delas irá interpretá-lo e persegui-lo de maneira a atender suas respectivas situações de interesses econômicos, culturais e políticos em face dos choques e conflitos com as demais classes:

“As atividades dos indivíduos, dos grupos e das instituições sociais, de importância dinâmica para a conservação ou a alteração do *status quo* na sociedade de classes, polarizam-se em torno de atitudes e motivações que relacionam os interesses e os valores sociais de cada classe ao significado patente e aos efeitos presumíveis antecipadamente das tendências à mudança social progressiva. As classes sociais dominantes procuram amparar essas tendências na medida em que elas favoreçam ou não interfiram com seus interesses e valores sociais. Isso que dizer, em outras palavras, que há ampla margem de atuação construtiva para os representantes dessas camadas sociais nos períodos de formação e de expansão da sociedade de classes. As classes sociais subordinadas apegam-se e fomentam as mesmas tendências segundo móveis sociais mais amplos e íntegros, que chegam a estimular até a emergência de atitudes radicais de defesa do desenvolvimento social. Embora nem sempre compreendam, no seu devido alcance, as inovações que redundem em ampliação das técnicas sociais de controle, revelam especial acuidade às aplicações delas que beneficiem a coletividade como um todo. Em consequência, a margem de atuação social construtiva dos seus componentes eleva-se, crescentemente, a partir das fases em que o capitalismo se torna uma condição negativa à expansão da sociedade de classes, limitando ou impedindo a planificação econômica, a democratização do poder e a universalização de uma ética racional igualitária” (Fernandes, 1979[1959]: 336-7).

O conceito de desenvolvimento social é uma “categoria histórica” e envolve a maneira como os homens lutam em conjunto para definir o destino de sua sociedade, conforme os “ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes” (*Ibidem*: 337-8). A abordagem funcionalista de Florestan Fernandes servia para um momento histórico em que os objetivos mais gerais do desenvolvimento social pareciam ser compartilhados por diferentes camadas sociais, podendo-se com isso ganhar terreno para as aspirações

de caráter mais igualitário das classes subordinadas. No entanto, nas situações em que uma escolha dramática entre visões de mundo em conflito se torna inevitável, essa *análise funcional* se tornaria inoperante (*Ibidem*: 322). Em relação à educação, Fernandes procurou contribuir, como bem o demonstra sua participação ativa e profunda na Campanha em Defesa da Escola Pública, para que ela se orientasse em direções mais democráticas. As análises sociológicas que realizou, principalmente em fins da década de 1950, sobre a realidade educacional brasileira possuem um forte teor político e, por isso, situam a educação em face das correlações de força entre os grupos sociais conservantistas e aqueles progressistas.

O caráter da educação e do desenvolvimento social como um todo iria depender das conquistas parciais ou completas de um desses dois lados. Nosso autor assumia nesse campo posições nitidamente progressistas. Por fim, seria oportuno tecer algumas considerações gerais – ainda que de maneira bastante resumida – sobre o modo como Florestan Fernandes caracterizou a situação educacional brasileira nesse período histórico, levando em conta os três níveis de ensino e as exigências por ele colocadas de desenvolvimento social.

A investigação sociológica da realidade educacional brasileira não deveria estar desvinculada dos objetivos do desenvolvimento social em moldes democráticos. Isso significava, por um lado, superar as condições de subdesenvolvimento e de dependência econômica, cultural e política da sociedade de classes no Brasil e, por outro, ampliar a participação democrática às camadas sociais subalternas. Em outros termos, o diagnóstico da situação educacional brasileira envolvia, para Fernandes, uma tomada de posição política em face do caráter do desenvolvimento social. Nesse sentido, o objetivo central de sua análise sociológica sobre a educação residia na possibilidade de convertê-la num “fator social construtivo”, isto é, “um dos fatores que concorrem, dinamicamente, para aumentar o grau de controle ativo das forças sociais do ambiente pelo homem” (Fernandes, 1966: 79).

Para atuar como fator de desenvolvimento social, a educação precisaria preencher o requisito da diferenciação funcional nos três níveis de escolarização (primário, secundário e superior) e assumir um estilo democrático de atuação didática nas salas de aula e na elaboração dos currículos. Porém, o diagnóstico oferecido por Florestan Fernandes na década de 1950 sobre a situação educacional brasileira mostrava

uma realidade muito distante de converter a educação em “fator social construtivo” ou meio de democratização do desenvolvimento social.

Não somente os três níveis de ensino estavam entre si desarticulados, justapostos e fracamente diferenciados, como também a pirâmide educacional brasileira, caracterizada pela concentração da maioria da população na base do ensino primário e por um número ínfimo de indivíduos nos níveis médio e superior, indicava um padrão altamente elitista de distribuição das oportunidades educacionais e a constatação empírica da educação como fonte de privilégios sociais. Tudo isso se associava ao caráter meramente ilustrativo, aquisitivo e informativo que envolvia a educação escolarizada do nível primário ao superior, como se o antigo padrão colonial de formação das elites devesse ser automaticamente reproduzido na moderna sociedade de classes.

Nesse sentido, a educação não preparava o homem para agir de modo autônomo na emergente ordem democrática e muito menos seria flexível o suficiente para se adaptar às diversas realidades locais e regionais da sociedade brasileira, a fim de possibilitar um maior ajustamento às variantes geográficas do desenvolvimento social. O sistema educacional como um todo não estava montado para concretizar as aspirações de desenvolvimento das diferentes camadas sociais, sendo ao mesmo tempo impedido de se organizar em tal direção pela resistência das elites das classes dominantes em aprofundar o acesso democrático à educação e de abandonar sua filosofia educacional tradicionalista, conservantista e autoritária. Florestan Fernandes desenhava, enfim, um verdadeiro dilema político nos quadros da realidade educacional brasileira: para se converter em fator de desenvolvimento social, o sistema educacional como um todo precisaria se reorganizar, mas as condições de subdesenvolvimento e dependência dos países periféricos impedem essa reorganização do sistema educacional.

O *dilema educacional brasileiro*, na visão de Fernandes, não seria resultante apenas da escassez de recursos para enfrentar os problemas educacionais por ele apontados, mas provinha diretamente das decisões políticas de grupos sociais específicos empenhados em selecionar negativamente, por intermédio de critérios econômicos, sociais e raciais, os indivíduos destinados a aproveitarem as oportunidades de formação escolarizada mais privilegiadas da sociedade brasileira.

Essa síntese apertada de algumas idéias educacionais de Florestan Fernandes se encontra presente no conjunto de textos publicados na primeira parte de seu livro

*Educação e sociedade no Brasil* (1966)<sup>59</sup>. Alguns deles foram escritos com intuito diretamente político, nas lutas de Fernandes contra a ofensiva dos setores conservadores da Igreja Católica e dos empresários da educação, que então procuravam se apropriar das verbas destinadas ao ensino público. A participação de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública, em fins da década de 1950, fez com que ele aprofundasse o diagnóstico da situação educacional brasileira e, ao mesmo tempo, revestisse de uma forte conotação política antiprivatista e democrática tais investigações sociológicas<sup>60</sup>.

Contudo, seu interesse sociológico pela educação era anterior e estava diretamente relacionado com suas concepções sobre o desenvolvimento social. Aquele diagnóstico, pois, já havia sido avançado em 1954, por ocasião dos debates em torno do ensino da sociologia na escola secundária brasileira. Aí também podem ser encontradas suas críticas ao caráter meramente enciclopédico e informativo, típico da cultura de ilustração das elites, do ensino médio brasileiro, representado quase exclusivamente como uma etapa preliminar do ensino superior. Por isso, tanto um como o outro, os ensinos médio e superior, não formavam indivíduos capazes de pensar criticamente sobre suas próprias realidades sociais ou atendiam escassamente, dado o fraco grau de diferenciação interna do sistema educacional brasileiro, às necessidades de formação profissional da sociedade baseada na ciência, na tecnologia científica, no planejamento democrático e no controle racional da mudança social. A próxima parte deste artigo irá apresentar as idéias de Florestan Fernandes sobre a necessidade da reflexão sociológica no ensino médio brasileiro.

## FLORESTAN FERNANDES E A SOCIOLOGIA NA ESCOLA SECUNDÁRIA BRASILEIRA

---

<sup>59</sup> O próprio Florestan Fernandes avança uma síntese mais acabada do que ele entendia por *dilema educacional brasileiro* no seu texto “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada”, publicado em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976).

<sup>60</sup> Para conhecer a visão política de Florestan Fernandes no momento de sua participação na Campanha em

Defesa da Escola Pública, cf. Florestan Fernandes, *Educação e sociedade no Brasil*, op. Cit., 1966, p. 345-537

A comunicação de Florestan Fernandes ao I Congresso Brasileiro de Sociologia, que versava sobre a necessidade do ensino da sociologia na escola média brasileira, não representa a opinião isolada de alguém que gostaria de ver introduzida a referida disciplina no currículo de ensino médio. O debate a esse respeito já vinha sendo proposto, no mínimo, desde fins da década de 1940. Na leitura do texto de Fernandes, fica-se sabendo, por exemplo, que no ano de 1949 foi realizado o *Symposium sobre o Ensino da Sociologia e Etnologia*, com a participação de nomes como os de Antonio Candido, Costa Pinto, Donald Pierson e Octavio da Costa Eduardo, dentre outros. Uma sugestão importante de pesquisa seria o de levantar informações sobre a realização do referido *Symposium* e se houve, na época, outras iniciativas semelhantes. Além disso, seria oportuno saber por que o debate sobre o ensino da sociologia na escola secundária foi aparentemente esgotado e deixado de lado na história das ciências sociais brasileiras.

Uma hipótese provisória seria a de que o ensino médio brasileiro, historicamente, funciona como uma mera ponte de preparação para o ensino superior e, por isso, apresenta um caráter de cultura ilustrada ou aquisição de informações. Como se tal nível de ensino não possuísse um valor em si mesmo para formar o cidadão consciente de si mesmo, ativo criticamente e capaz de intervir no seu meio social. Daí tal modalidade de ensino ser pouco diferenciada, como constatava Florestan Fernandes, em especial no que diz respeito ao volume e qualidade da educação técnica. Se o objetivo do ensino médio se restringe apenas a preparar o indivíduo para a seleção no ensino superior, a inclusão de disciplinas eminentemente críticas e reflexivas, como a sociologia, seria um desperdício de tempo, esforço pedagógico e recursos.

Com o processo de comercialização dos três níveis de ensino, essa tendência de desprezar a importância da presença das ciências sociais na escola média, por razões que não seriam tão difíceis de entender, só iria aumentar. Os argumentos defendidos por aqueles autores no *Symposium*, dos quais também compartilhava Florestan Fernandes, associavam a pertinência das ciências sociais nos currículos da escola média com a necessidade de formação do espírito crítico, de tomada de posições autônomas em face das mudanças sociais, de aumento do poder do homem de controlar racionalmente os aspectos instáveis da vida em sociedade e de compreensão mais ampla dos dilemas humanos na nova ordem industrial e democrática. Tais idéias se colocavam contra os horizontes de uma educação voltada para a conservação do *status quo*, por isso recebiam a oposição dos interesses da comercialização do ensino e dos setores

empenhados em resguardar as concepções pedagógicas tradicionais, de uma cultura de simples ilustração. Essas seriam as razões mais prováveis do abandono do ensino da sociologia pela iniciativa privada na educação e pelos órgãos oficiais.

O texto de Florestan Fernandes, sobre o ensino da sociologia na escola secundária brasileira, apresenta múltiplos aspectos, porém seu mérito principal é tentar fundamentar sociologicamente suas posições políticas no campo educacional. Tanto é assim que Fernandes, a fim de respaldar toda sua argumentação, realiza um diagnóstico o mais amplo possível da educação brasileira em seus diferentes níveis. Não caberia aqui repetir os resultados de suas investigações sociológicas a esse respeito, pois a discussão desenvolvida anteriormente dispensa tal esforço. Relevaria, agora, discutir brevemente as razões políticas pela qual Florestan Fernandes se empenhava pela inclusão da sociologia no ensino médio brasileiro. O argumento central possuía uma inevitável conotação política e defendia uma orientação eminentemente *formativa* para o ensino médio, em oposição a seu “caráter aquisitivo, enciclopédico e propedêutico” (Fernandes, 1980[1954]: 114).

Nesse sentido, o objetivo era consolidar as tendências societárias modernas de introduzir controles racionais das transformações sociais, ao mesmo tempo em que fossem respeitadas a autonomia dos indivíduos e a livre participação democrática. As posições defendidas por Fernandes, mesmo que estivessem situadas dentro de uma visão de reforma social nos marcos do processo de modernização e desenvolvimento da sociedade brasileira, afrontavam os interesses dos donos do poder, empenhados na manutenção de um padrão estático de educação, isto é, voltado para a conservação da ordem social. A própria emergência da sociedade de massas também é um aspecto a ser levado em conta, pelos riscos que a propaganda traria às livres escolhas dos indivíduos. O ensino da sociologia seria uma ferramenta poderosa nas mãos das pessoas e dos grupos sociais, no sentido de não serem ludibriados em seus interesses individuais e coletivos. É, portanto, na aspiração política de uma participação democrática ampliada e autoconsciente das condições de existência social que reside a importância do ensino da sociologia. Florestan Fernandes sintetiza sua justificação da necessidade do ensino da sociologia com as seguintes ponderações sociológicas quanto às exigências da sociedade moderna:

“[...] as transformações ocorridas nas sociedades modernas substituíram largamente os ajustamentos sociais baseados no



conhecimento pessoal íntimo e em normas estabelecidas pela tradição por ajustamentos sociais baseados em situações de interesses e em convicções sensíveis às flutuações dos movimentos sociais ou aos influxos da propaganda. Daí a necessidade de defender a liberdade e a segurança dos indivíduos, através de uma preparação educativa suscetível e adestrá-los, especificamente, para a escolha com fundamento racional. «De fato, é de esperar-se que a educação pelas ciências sociais crie personalidades mais aptas à participação das atividades políticas, como estas se processam no estado moderno»” (*Ibidem*: 109).

Florestan Fernandes não pretendia esgotar o debate sobre o ensino da sociologia na escola média brasileira, por isso ele finaliza seu texto com uma série de indagações que deveriam ser aprofundadas em discussões mais coletivas com outros cientistas sociais, cidadãos e políticos. O homem comum entrava diretamente em linha de conta, como um indivíduo livre, crítico e autônomo, devendo a sociologia auxiliar em suas decisões na vida pessoal e política. Por isso as perguntas propostas por Fernandes não sugeriam soluções rígidas, autoritárias e únicas, mas alternativas e flexíveis. Finalizando o presente tópico de discussões, seria pertinente reproduzir na íntegra quais seriam essas indagações:

- 1) “Quais são as funções que o ensino de sociologia pode preencher na formação da personalidade e que razões de ordem geral aconselham a inclusão da matéria no currículo do ensino de segundo grau?”
- 2) “A que concepção deveria subordinar-se o ensino da sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? A definição clara da concepção apresenta a maior importância teórica e prática, pois dela depende a relação a ser estabelecida entre meios e fins na educação.”
- 3) “Por que se deve desejar a introdução da sociologia no ensino secundário brasileiro:
  - a) Por causa das exigências dos cursos universitários, acessíveis atualmente, que pressupõem conhecimentos prévios da matéria?
  - b) Por que é preciso criar condições plásticas de formação da personalidade e de preparação para a vida na sociedade brasileira?”
- 4) “Quais são as funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a

educação se torne um ‘instrumento consciente de progresso social’ nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil?”

5) “Quais são as alterações de ordem pedagógica, que seriam aconselháveis, tendo-se em vista as condições de integração estrutural e de funcionamento da escola secundária brasileira, para que o ensino da sociologia possa preencher as funções assinaladas?”

6) “Quanto ao alcance das inovações, com fundamento sociológico:

a) O ginásio comportaria ou não uma disciplina com o nome de ‘*Elementos de Ciências Sociais*’; onde deveria ser localizada tal disciplina; e qual seria seu conteúdo ideal?

b) O colégio deveria voltar a possuir uma estrutura mais flexível, na que se introduzisse, convenientemente, o ensino especial de matérias como a psicologia, a economia e a sociologia, ou seria aconselhável manter uma disciplina unificada, como um curso mais adiantado de ‘*Ciências Sociais*’?”  
(*Ibidem*: 119-120).

## EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO SOCIAL

Não se poderia concluir o presente trabalho, sem se fazer ao menos uma rápida menção da ponte estabelecida por Florestan Fernandes entre a educação como processo social e o planejamento democrático nas sociedades modernas. A esse respeito, Fernandes estava profundamente influenciado pela sociologia de Karl Mannheim, a qual envolvia três campos principais de investigação: o estudo sociológico do conhecimento, a educação e o planejamento. Para Mannheim, seria uma necessidade do homem moderno se apropriar do conhecimento sociológico para entender não só as raízes sociais de seu pensamento e dos grupos e indivíduos ao seu redor, mas também e fundamentalmente para orientar que tipo de educação seria mais apropriado aos objetivos do planejamento democrático. Essa educação deveria ser de teor formativo, conduzindo os indivíduos a escolhas e ajustamentos conscientes. É justamente aí que a educação pelas ciências sociais se torna imprescindível, de modo a ser estendida a todas as pessoas, independente de suas futuras carreiras e profissões. Apoiando-se na concepção mannheimiana de planejamento, Florestan Fernandes iria dizer:

“[...] a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles

sociais conscientes na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. [...] O ensino das ciências sociais no curso secundário seria a condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social” (*Ibidem*: 106).

A preocupação de Fernandes era a de promover a educação e o saber científico como fatores de *mudança cultural provocada*. Para que tal desiderato se fizesse possível, seria necessário que a ciência se fizesse presente no campo educacional e, em especial, a sociologia, devido ao seu poder tornar consciente os mecanismos sociais inconscientes que determinam as atitudes e ações dos indivíduos como membros de categorias mais inclusivas. O meio de tomar decisões conscientes quanto aos rumos políticos da sociedade e, com isso, participar ativamente do planejamento social, seria utilizando-se das ferramentas proporcionadas pelo saber sociológico, como das demais ciências sociais. Essa vinculação entre conhecimento científico e planejamento social representava mais uma justificativa, para Fernandes, em relação à necessidade da inclusão da sociologia no currículo do ensino médio.

#### À GUIA DE CONCLUSÃO

A inclusão do ensino da sociologia na escola média brasileira, a julgar pelos esforços de Florestan Fernandes, desafia diversos interesses dos donos do poder e dos empresários da educação, que limitam a transmissão de saberes às aspirações mais imediatas de ingresso nas universidades e, por isso, voltando o conteúdo das matérias, não para as necessidades formativas do indivíduo como cidadão crítico, mas para o adestramento limitado à aprovação nos exames de entrada no nível superior. Por essa razão, um dos debates mais prementes diz respeito ao conteúdo do currículo de sociologia nas escolas médias brasileiras.

A opinião assumida pelo autor do presente artigo – e, como toda opinião pessoal, defensável como qualquer outra – é a de que o currículo de sociologia não deve reproduzir o velho padrão enciclopédico do ensino brasileiro, de coleção de idéias, teorias e nomes importantes, mas se voltar para o uso da reflexão sociológica na abordagem de temas que desafiam a compreensão de nossa formação histórica e social,

a exemplo das raízes das nossas desigualdades de classe, raça e gênero. Trata-se, portanto, de um tipo de sociologia que desafia diretamente os interesses dos donos do poder.

**REFERÊNCIAS**

FERNANDES, Florestan. (1966), *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus.

\_\_\_\_\_ (1975), *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, AlfaÔmega.

\_\_\_\_\_ (1979), *Mudanças sociais no Brasil* 3. ed. São Paulo, DIFEL.

\_\_\_\_\_ (1980), *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis, Vozes.

\_\_\_\_\_ (1984), *A questão da USP*. São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_ (1989), *O desafio educacional*. São Paulo, Cortez/Autores Associados.

\_\_\_\_\_ (2008), *Mudanças sociais no Brasil*, 4. ed., São Paulo: Global.

\_\_\_\_\_ (2010), *Florestan Fernandes: leituras e legados*. São Paulo: Global.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (2005), “Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina”, *Sociologias*, Porto Alegre, 7(14), jul-dez, p. 110-129.